

Transformações societárias, América Latina e Serviço Social

Social Transformations, Latin America, and Social Work

Carina Berta Moljo* 

José Fernando Siqueira da Silva** 

Silvia Fernández Soto* 

RESUMO

O artigo que ora apresentamos tem como objetivo principal analisar o contexto latino-americano no cenário de crise do capital, marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, por restrições do Estado social e pela perda de direitos e expansão de práticas punitivas que afetam a classe trabalhadora na sua diversidade. O texto procura debater, sumariamente, a forma como a questão social e suas múltiplas refrações se expressam na atualidade, como são construídas as políticas sociais no contexto de desmanche do Estado, bem como as potencialidades e limites do Serviço Social como profissão nesta complexidade, seu sentido socioeducativo crítico.

Palavras-Chave: América Latina; capitalismo; políticas sociais; Serviço Social; trabalho socioeducativo.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the Latin American context in the scenario of the crisis of capital, a reality marked by the resurgence of neoliberal policies, by social state restrictions, and by the loss of rights and expansion of punitive practices that affect the working class in its diversity. This article seeks to discuss, briefly, the way in which the social issue and its multiple refractions are expressed today, how social policies are constructed in the context of dismantling the state, as well as the potentials and limits of social work as a profession in this complexity, its critical socio-educational sense.

Keywords: Latin America, capitalism, social policies, social work, socio-educational work

Introdução

Analisar as refrações da questão social na atualidade, as políticas sociais hoje em curso e o Serviço Social como profissão neste complexo contexto exige mais do que um procedimento científico-epistemo-

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: carinamoljo@uol.com.br.

**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br.

*Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), Buenos Aires, Argentina. E-mail: silviafernandezsoto@gmail.com.

Como citar: MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. da; SOTO, S. F. Transformações societárias, América Latina e Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 28-42, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 25 de junho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

lógico. A ciência autêntica, ou seja, a reconstrução do movimento da realidade como certo “concreto pensado” (MARX, 1989), o ponto de vista ontológico, utilizando as palavras de Lukács (2012), precisa considerar a história real, objetivamente existente, seu movimento complexo e contraditório, reconstruídos criticamente, com o auxílio da razão, com base na perspectiva de totalidade¹. Portanto, esta forma de produzir conhecimentos se sustenta na reprodução crítica da realidade, suas determinações, espaço em que seres sociais – homens/mulheres – são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da práxis humano-social.

Isto posto, caberia indagar: como explicar as particularidades latino-americanas no atual estágio de acumulação capitalista – comandado pela fração financeira do capital –, base material que sustenta a questão social, suas refrações, as políticas sociais e o Serviço Social como profissão nesta parte do planeta?

Com base nesse questionamento, o conteúdo desenvolvido neste artigo tem por objetivo analisar o contexto latino-americano no cenário de crise do capital, marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, por restrições do Estado social e pela perda de direitos e expansão de práticas punitivas que afetam a classe trabalhadora na sua diversidade. O texto procura debater, sumariamente, a forma como a questão social e suas múltiplas refrações se expressam na atualidade, como são construídas as políticas sociais no contexto de desmanche do Estado, bem como as potencialidades e limites do Serviço Social como profissão nesta complexidade, seu sentido socioeducativo crítico.

Para isso o texto foi estruturado em três tópicos. O primeiro aborda o caráter periférico do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O segundo destaca a neoliberalização como um projeto político-econômico de classe, que opera como uma tendência totalizante entre as diferentes regiões do mundo, redirecionando a intervenção social do Estado para processos de parcialização, residualização e fragmentação da questão social, que se traduz em múltiplos programas específicos. Por último, é problematizada a dimensão socioeducativa no trabalho do assistente social no contexto de neoliberalização e fortalecimento do conservadorismo reacionário.

América Latina: base material e marcas sócio-históricas

A sociedade burguesa se impôs gradativa e mundialmente a partir do século XVI². Produto da decadência da sociedade feudal, das tensões contidas em suas contradições internas e da aces-

1 A categoria da totalidade, assim, é formada por complexos sociais objetivamente postos na realidade, na unidade-diversa entre singularidade, universalidade e particularidade (LUKÁCS, 2012), campo este repleto de mediações. A realidade é, sempre, o ponto de partida de qualquer ciência autêntica; sua lógica, objetivamente existente, não pode ser especulativamente manejada, mas reconstruída criticamente com o auxílio da razão.

2 Este processo gradativo se acelerou com a “dupla revolução” no fim do século XVIII: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (HOBSBAWN, 2003).

são de empreendedores individuais sustentados na propriedade privada dos meios de produção, o capital e a sociedade que permite sua reprodução ampliada (o capitalismo) se consolidaram, não naturalmente, ao longo de mais de 500 anos. Essa ordem não vingou sem antes expropriar violentamente camponeses e privatizar terras públicas na Europa, estimular a acumulação comercial por meio do mercantilismo, destruir povos e se impor por meio do colonialismo.

A assim chamada acumulação primitiva (MARX, 2013a) cumpriu sua função original: permitiu a acumulação de capital monetário essencial à era concorrencial-industrial que passou a viabilizar a acumulação de capitais por meio do trabalho alienado/estranhado (abstrato – MARX, 2013b; 2013c), fonte de valor como mais-valor (MARX, 2013c). Migrou e se reorganizou, paulatinamente, após a primeira crise mundial capitalista de superprodução (1873-1896 – conhecida como a primeira grande depressão) e sob forte organização do proletariado (MARX, 1986; 1987), para uma fase monopolista-imperialista (LENIN, 2008) que reorganizou o colonialismo como neocolonialismo, sustentando-se na exportação de capitais adicionais acumulados já em um momento de fusão de grandes grupos econômicos e dos capitais bancário e industrial (como capital financeiro).

A América Latina vincula-se a este complexo contexto com um viés explicitamente periférico. Por estas bandas o mercantilismo saqueou riquezas, se impôs por meio do pacto colonial por praticamente 300 anos, dizimou os povos originários que aqui mantinham suas sociedades e promoveu a acumulação originária por meio do uso da força de trabalho escravizada (SILVA, 2021). Contribuiu, na fase comercial, com a formação do capital monetário necessário à era concorrencial-industrial, acumulação inicialmente sustentada em uma relação que comprava mais barato para vender mais caro ou simplesmente baseada no roubo colonial (MARX, 2013d). A independência política latino-americana, substancialmente – não unicamente – concentrada nos primeiros 40 anos do século XIX, permitiu que parte dos excedentes econômicos permanecessem nas ex-colônias espanholas e portuguesas, mas não alterou a base econômica colonial: latifúndios, exportação de produtos primários agromineiros e um escravismo tardio (MOURA, 1988). Neste contexto, formou-se uma elite local essencialmente comprometida com interesses externos, caudatária do legado colonialista, fortemente autoritária e pouco afeita a reformas internas (FERNANDES, 2009a).

No final do século XIX e início do século XX, quando as regiões centrais da economia capitalista transitavam para a etapa monopolista da acumulação do capital³, a América Latina experimentava seus primeiros estímulos industriais, ainda que boa parte de seus países não tenha vivido um influxo propriamente industrial. Mesmo assim, entre os anos 1930 e 1950 países como Brasil, Argentina e México iniciaram o desenvolvimento de importante

3 Diga-se de passagem, momento em que o Serviço Social tem a sua gênese como profissão no mundo (NETTO, 1992), incluindo as nações latino-americanas a partir da segunda metade dos anos 1920 no Chile.

parque industrial que auxiliou o segundo conflito bélico mundial (1939-1945), processo este subsidiado em uma política de substituição de importações de base desenvolvimentista⁴.

Ainda que relevante e situado em um lapso temporal marcado pelas duas grandes guerras mundiais, este processo, caracterizado como “luta contra o subdesenvolvimento”, não prosperou. Se no início do século XX a América Latina foi alimentada pelos capitais excedentes ingleses, a partir de 1945 passou a ser zona de influência estadunidense no contexto da Guerra Fria e de luta contra o comunismo. Isto não apenas desarmou, gradativamente, os projetos desenvolvimentistas, mas também demonstrou sua inviabilidade histórica em regiões cujas revoluções burguesas foram realizadas pela “via colonial” (CHASIN, 2000), sob o comando do capitalismo dependente (MARINI, 1979; FERNANDES, 2009b).

Preservadas as inúmeras polêmicas entre o sonho de superação do subdesenvolvimento protagonizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e as diversas análises e projetos situados mais à esquerda (alimentados pela importante experiência cubana dos anos 1960 e 1970), o fato é que a ditadura do grande capital (IANNI, 2019) – amplamente amparada em ditaduras cívico-militares e em diversas outras formas de intervenção apoiadas pelos EUA – produziu, nesta parte do planeta, certo tipo de desenvolvimento desigual e combinado comandado pela modernização conservadora (OLIVEIRA, 2003).

O que interessa ressaltar aqui é que a crise da acumulação capitalista da primeira metade dos anos 1970, as contrarreformas impostas mundialmente – responsáveis pela radicalização liberal, como neoliberalismo –, o ingresso no século XXI e a crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) explicitamente sentida em 2008 impactaram a América Latina a partir deste legado histórico, determinando os sentidos da revolução burguesa aí empreendida⁵. A reestruturação produtiva efetivamente sentida nesta região nos anos 1990 (ANTUNES, 1999), a intensificação, a precarização e flexibilização laboral, o perfil dos Estados (jamais de bem-estar social aos moldes europeus), as precárias políticas sociais empreendidas (no sentido inverso da universalização – não sem resistência)⁶ e a própria gênese, desenvolvimento e renovação/reconceituação do Serviço Social devem a este legado colonial-dependente reatualizado e à luta de classes aí travada. Este processo culminou em certo tipo de modernização conservadora hoje impactada pelas transformações societárias atuais.

4 Getúlio Vargas no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina são exemplos típicos desta etapa no Cone Sul da América.

5 Importante ressaltar: não se trata de uma revolução burguesa incompleta ou ainda a ser feita, senão a forma como se fez objetivamente nestas condições históricas.

6 Em que a experiência uruguaia batllista foi uma rara exceção que se dissipou.

A nova etapa do capitalismo e as políticas sociais na região

A “virada neoliberal” vivida globalmente pela sociedade capitalista desde os anos 1970 expressa o desmonte das relações sociais inerentes ao capitalismo do pós-guerra e a reconstrução de uma nova rede de relações para assegurar a apropriação dos excedentes socialmente produzidos. As transformações operadas pela ofensiva do capital implicaram o agravamento da desigualdade estrutural e a destruição da vida humana e da natureza.

A neoliberalização implantada constitui um projeto político-econômico de classe, que opera como uma tendência totalizante entre as diferentes regiões do mundo. Reconfigura um mapa desigual e complexo, com resultados práticos sobre as formas de produção/reprodução da vida material e simbólica da diversa classe trabalhadora, restabelecendo arranjos político-institucionais específicos resultantes das correlações de forças entre as classes e suas frações (HARVEY, 2007; DUMENIL; LÉVY, 2004).

Trata-se de implantar “a reconstrução radical do nexos Estado-financeiras”, que implica um processo de desregulamentação das operações financeiras em escala nacional e internacional, a expansão do endividamento, a intensificação da concorrência internacional e o reposicionamento do aparato estatal em relação à “proteção social” (HARVEY, 2012). Dessa forma, o processo iniciado nos anos 1970 implicou uma nova estruturação da economia capitalista em nível global, baseada na ascensão das finanças (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). A neoliberalização significou não apenas a adoção do monetarismo, mas também implicou a implantação de várias políticas governamentais em diversas áreas, expressando múltiplos processos de desregulamentação e de desproteção social e ambiental.

Nessa fase, o capital se reposiciona frente à classe trabalhadora promovendo o desemprego e a desindustrialização, incentivando a imigração que substitui os trabalhadores nativos por trabalhadores(as) imigrantes com salários baixos e precários, a deslocalização de acordo com os interesses do capital e uma ampla variedade de mudanças tecnológicas e organizacionais (entre outras, a extensão da subcontratação). Essas práticas estão vinculadas ao desdobramento de uma discursividade ideológica que tem como alvo as organizações de trabalhadores(as) e os processos coletivos da classe trabalhadora. Argumenta-se que a limitação da massa salarial e a redução da proteção social estatal colaborariam na resolução da crise relativa à queda da rentabilidade e da riqueza. Apela ao fortalecimento dos princípios neoliberais que alimentam uma nova concepção de mundo, exaltando o individualismo, a competição e a responsabilidade individual. Novas formas de sociabilidade emergem atravessadas por novos consumismos, pela emergência de novos mercados e por um estilo de vida essencialmente individualista (HARVEY, 2007).

O conjunto de práticas implantadas na região aprofunda a exploração do trabalho, modifica as formas de realizá-lo, impactando na composição quantitativa e qualitativa da classe trabalhadora e de suas frações. O desemprego estrutural e conjuntural se expande,

torna-se crônico, estabelecendo novas formas de trabalho precário, devastando direitos conquistados historicamente pelos(as) trabalhadores(as) com o avanço de processos de mercantilização social. Esse movimento múltiplo intervém no cotidiano desta classe social, gerando uma experiência permanente de insegurança social cotidiana, aprofundando os processos de crise de reprodução social. O avanço e a consolidação do neoliberalismo na região têm provocado a reconfiguração das relações de poder, facilitando o revigoramento de uma profunda, persistente e generalizada matriz de precarização da classe trabalhadora e de suas frações. Dessa forma, intensifica processos históricos de “superexploração” (MARINI, 1979; 2007), em um contexto de dominação do grande capital transnacional, dando continuidade e intensificando os processos históricos de dependência associados à prevalência de estratégias de saque de ativos naturais.

Sob essa dinâmica, avançou-se na mercantilização de áreas da vida social que não estavam sob seu domínio. A consolidação dos processos de financeirização fortaleceu, ao mesmo tempo, o caráter especulativo e predatório de suas dinâmicas. Essa tendência à “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2003 – tradução nossa) foi reforçada pelo rápido crescimento dos preços dos alimentos e das commodities desde meados da década de 1990, fato que consolidou um padrão produtivo transnacionalizado relacionado à produção associada ao complexo extrativista rentista agromineiro.

O que tem permitido a acumulação por espoliação “é a liberação de um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho) a um custo muito baixo (e em alguns casos sem custo). O capital superacumulado pode apoderar-se desses ativos e imediatamente levá-los a um uso lucrativo” (HARVEY, 2007a, p. 119 – tradução nossa). A dinâmica do processo de acumulação é marcada pela apropriação privada e violenta dos bens naturais comuns, elementos estratégicos e necessários à valorização da matriz extrativista-exportadora, baseada em uma lógica predatória e expropriadora que tem impactado territórios, sociabilidades, identidades e processos históricos relacionados à reprodução da vida. Dessa forma, este movimento tem expressado o revigoramento, a ampliação e a multiplicação de processos de mercantilização dos bens naturais e dos bens sociais comuns (serviços públicos) (HARVEY, 2007a; ROUX, 2008).

As transformações em curso envolvem a totalidade social, num movimento complexo, combinado e desigual que revela o mapa dinâmico e tenso da neoliberalização. Podemos destacar quatro elementos centrais: 1) a virada para uma financeirização que começou nos anos 1970 e se consolidou nos anos 1990. Os mercados financeiros vivenciaram profundos processos de inovação tecnológica e desregulamentação em escala internacional. Funcionavam como forma de obtenção e acumulação de riqueza; 2) confirmou-se a crescente mobilidade geográfica do capital, facilitada pela redução dos custos de transporte e comunicação; 3) a matriz institucional integrada por Wall Street, o FMI e o Tesouro dos EUA, de mãos dadas com os Programas de Ajuste Estrutural promovidos pelo FMI, operam como formas coercitivas de reconfiguração dos Estados regionais sob

princípios neoliberais; e 4) o avanço hegemônico da ortodoxia econômica monetarista e neoliberal, estabelecendo como eixos de ação nas agendas mundiais o controle da inflação e a solidez das finanças públicas (HARVEY, 2007).

Nesse contexto reacionário aos interesses da classe trabalhadora e de suas frações reconfigura-se o sentido sócio-histórico da política social. Os Estados nacionais são submetidos aos ditames da matriz política institucional neoliberal impostos pelas diretrizes dos organismos internacionais (FMI, BM, OMC). Nesse quadro, a política social divide-se em múltiplas intervenções territoriais específicas, com foco no pauperismo. Nesse sentido, as medidas de políticas públicas voltadas para o “combate à pobreza” expressam, ao mesmo tempo, a ampliação dos processos de mercantilização e, portanto, a desigualdade social na participação da riqueza, bem como a desigualdade nas possibilidades de acesso aos serviços sociais (FERNÁNDEZ SOTO, 2022).

Nesse quadro, a intervenção social do Estado é realizada sob um forte processo de parcialização, residualização e fragmentação da questão social, que se traduz em múltiplos programas específicos. Daí a categorização de problemas e sujeitos específicos abstraídos de suas determinações histórico-sociais. A pobreza não é entendida como um processo constitutivo da classe trabalhadora na dinâmica mais geral da sociedade e em função do movimento histórico das relações fundamentais que se organizam em seu interior. De acordo com essa concepção dominante, os programas voltados para a pobreza constituem uma intervenção estratégica que busca administrar expressões específicas da questão social, incorporando parcial e estreitamente as demandas sociais, participando da cobertura dos níveis mínimos de consumo (principalmente alimentos) e da transferência mínima de renda aos(as) trabalhadores(as) (FERNÁNDEZ SOTO, 2020).

Junto com o aprofundamento da taxa de exploração da classe trabalhadora e a desvalorização da força de trabalho, articula-se um duplo movimento da lógica neoliberal da política social: a mercantilização dos serviços sociais por meio de processos de privatização e, ao mesmo tempo, a monetização individualizada através da assistência mínima aos “mais pobres”, para os(as) trabalhadores(as) precários(as) e para os(as) desempregados(as), que constituem uma massa populacional crescente na dinâmica do capitalismo contemporâneo na região. Dessa forma, os programas de transferência de renda são ampliados, massificados e institucionalizados na América Latina, como uma das principais mediações político-institucionais dos processos de resignificação da política social. Consideramos esses programas como estratégia política na agenda da América Latina e sua participação na recomposição da ordem hegemônica. Elas são entendidas como uma das principais estratégias de enfrentamento da pobreza, institucionalizando-se como medidas paliativas, seletivas, condicionais, destinadas a prover o mínimo de subsistência ao extenso e crescente grupo de trabalhadores(as) empobrecidos que não conseguem reproduzir suas condições de vida sob a forma salarial (FERNÁNDEZ SOTO, 2017).

Os “pobres” e a “pobreza”, então, constituem o “objeto de intervenção” das políticas sociais focalizadas, abrangendo “minimamente” as necessidades básicas dos trabalhadores que perdem sua base material de vida ou cuja renda é insuficiente para garantir suas condições materiais de existência. Para quem está desempregado ou tem renda insuficiente, configura-se uma multiplicidade de intervenções assistenciais, transitórias e emergenciais, que opera no processo de fragmentação da questão social (FERNÁNDEZ SOTO, 2020; 2019).

O aumento da “população excedente” para o capital permite observar não apenas um desemprego estrutural explícito, mas a existência de diferentes camadas da classe subalterna que se diferenciam pelas condições em que desenvolvem sua existência. Junto com a população de trabalhadores(as) desempregados(as) de longa duração, há uma massa de trabalhadores(as) precários(as), parcialmente empregados(as), que vendem sua força de trabalho de forma deficitária e intermitente, mão de obra barata e superexplorada (FERNÁNDEZ SOTO; TRIPIANA, 2014; FERNÁNDEZ SOTO, 2019).

Essas tendências hegemônicas de ressignificação residual da política social articulam-se na efetivação concreta do Estado neoliberal, com respostas autoritárias e seu desdobramento em ações repressivas e punitivas, como formas de controle e sufocamento do conflito social com ênfase na disciplina social. Nesse sentido, David Harvey (2007, p. 79 – tradução nossa) aponta que “a liberdade das massas seria restrita para favorecer a liberdade de poucos”.

Como dissemos, as implicações econômicas, políticas e culturais do neoliberalismo na região foram múltiplas, expressando um caráter regressivo aos interesses da classe trabalhadora na sua diversidade. Os interesses hegemônicos do capital transnacional provocaram o desenvolvimento de processos articulados às suas necessidades de valorização, reconfigurando os Estados e suas políticas nos diversos espaços territoriais. Os processos de desregulamentação, a privatização do público, a desapropriação dos ativos naturais, a redução dos custos trabalhistas e a flexibilização das relações de trabalho são características deste modelo. O conjunto de dimensões regressivas implantadas aprofundou os processos históricos de dependência e desigualdade na América Latina. Isso resultou na concentração, na transnacionalização e na financeirização dos processos econômico-sociais, acentuando a regressividade dos processos distributivos.

Serviço Social e lutas sociais: a dimensão socioeducativa no trabalho cotidiano do assistente social

Como é sabido, o Serviço Social como profissão surge marcado pela perspectiva conservadora e antimoderna na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (NETTO, 2021). Entretanto, desde os anos de 1950, mesmo que timida-

mente, o Serviço Social na América Latina vai processando uma série de transformações que acabarão por mudar a formação e o trabalho profissional do assistente social. No primeiro momento a profissão se vê influenciada pelas ideias progressistas, especialmente aquelas vinculadas aos projetos desenvolvimentistas que, vinculando-se às lutas sociais mais amplas, sofrerão um processo de radicalização, sobretudo nos anos 1960 e 1970, evidenciado no Movimento de Reconceituação da América Latina (MOLJO; ZAMPANI; SILVA, 2017). É a partir daqui, junto à reinserção da classe operária no cenário político (NETTO, 1992), que o Serviço Social assume uma perspectiva crítica, comprometida com os interesses das classes subalternas, criticando suas bases tradicionais. Isto não eliminou o tradicionalismo na profissão, mas permitiu que um rico debate progressista se desenvolvesse, articulando espaços universitários, demandas socioprofissionais concretas e militância social.

No caso do Brasil, a perspectiva crítica pode ser evidenciada tanto nas leis que regulamentam a profissão quanto no direcionamento teórico-político, inspirado na teoria social de Marx, que fornece as bases para a formação graduada e pós-graduada em Serviço Social (MOLJO; SANTOS, 2023). Importante registrar, aqui, as três dimensões constitutivas da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas dimensões já foram suficientemente trabalhadas na produção de conhecimento, como pode ser conferido nas análises de Guerra (1995), Santos (2013), entre outros.

Necessário destacar, todavia, duas outras dimensões fundamentais do Serviço Social, para além das acima referenciadas: a dimensão socioeducativa da profissão – que se objetiva no plano do trabalho no cotidiano profissional – e a sua dimensão organizativa, expressa na sua organização interna, vinculada aos diferentes órgãos representativos da categoria profissional, também articulada às lutas mais amplas da sociedade. Com outras palavras, trata-se da articulação entre projetos profissionais e projetos societários, prevista na direção social estratégica do Serviço Social brasileiro da segunda metade dos anos 1990.

Sobre a dimensão socioeducativa e sua vinculação com a formação da consciência, destaca Iamamoto (2015) que o Serviço Social, enquanto profissão, somente pode ser explicado na sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho respondendo a múltiplas expressões da questão social, suas refrações. Yazbek (2009) já sinalizava que a profissão era necessariamente polarizada pelos interesses contraditórios das classes fundamentais, mas que esta polarização não implicava uma dicotomia; pelo contrário, é nesse exercício profissional que o profissional se situa, atendendo aos interesses das duas classes, mas privilegiando uma delas.

É no trabalho cotidiano que a dimensão socioeducativa ganha centralidade. Ela se vincula diretamente à organização da cultura, influenciando os modos de ser e de pensar das classes com as quais a profissão trabalha. Esta dimensão é transversal a outras dimensões constitutivas da profissão e se articula com elas. A dimensão socioeducativa se

expressa em ações relacionadas à difusão de informações que possibilitam a “suspensão da alienação na vida cotidiana” (HELLER, 1989), mesmo que essa suspensão seja “momentânea”. Mas como lidar com este contexto tão contraditório em um momento de fortalecimento do conservadorismo reacionário (SANT’ANA; SILVA, 2020) e com a redução das condições objetivas para um trabalho profissional denso e propositivo? Um contexto de precarização das condições de trabalho, de desmonte do Estado e de focalização das políticas sociais, como há pouco mencionado.

A resposta não é simples e exige, ao mesmo tempo, firmeza e radicalidade crítica, bem como a valorização da profissão – das possibilidades nela contidas –, sem exigir dela o que não pode realizar (SILVA, 2013). A abordagem histórico-crítica, de base marxista, sua direção socioeducativa, não desconsidera as condições objetivamente postas às profissões, seus limites, mas também carece de um(a) profissional rico(a) intelectualmente, teoricamente preparado(a), comprometido(a) com a análise rigorosa da realidade com a qual lida cotidianamente, orientado(a) pelo ponto de vista da totalidade, conectado(a) às particularidades latino-americanas, de seus países, além de técnica, política e organizativamente preparado(a). Não há qualquer espaço para a aplicação de modelos de intervenção; ao contrário, o(a) profissional, como sujeito histórico possível, extrai da realidade as demandas com as quais trabalhará, muitas delas não institucionais, imediatamente não apresentadas como demandas legítimas ou imersas em um conjunto complexo de carências e necessidade humanas.

É nesse rico espaço que o socioeducativo se desenvolve, sempre relativamente, forçando um trabalho profissional não idealista, inquietante, provocativo e estimulador de espaços que contribuem para a crítica. Isto, todavia, considerando que a(o) profissional não se esgota na sua vivência profissional, mas articula-se com outras esferas da práxis social: partidos políticos, movimentos sociais e outras instâncias comprometidas com níveis crescentes de emancipação política e humana (MARX, 2005). Trata-se de um longo processo em que a consciência se forma tendo por base demandas genuinamente ontológicas e comportamento crítico permanente que se adensa paulatinamente na relação entre militância, trabalho profissional, estudo e pesquisa.

Conforme já sinalizou Iasi (2011), a formação da consciência só pode ser constituída enquanto processo. É nele que a dimensão socioeducativa ganha centralidade, apresentando as possibilidades reais e concretas de satisfação das necessidades humanas nestas sociedades, bem como indicando aquelas que somente podem ser satisfeitas num outro tipo de sociedade (HELLER, 1978). Aqui, é possível, sem falsos idealismo ou fatalismo (IAMAMOTO, 1992), construir um trabalho profissional crítico e comprometido com os interesses das classes subalternas nos limites da sociedade burguesa. Sem dúvida, quanto maior grau de consciência, maior a necessidade de organização política no interior da profissão, na relação com outras profissões e organizações comprometidas com a construção de uma sociedade humanamente emancipada.

Como já sinalizamos, a profissão se aproxima às lutas mais amplas da classe trabalhadora a partir dos finais dos anos 1950, mesmo que timidamente. No caso do Brasil, esta aproximação se potencializa aos finais dos anos 1970, considerando o momento de crise da autocracia burguesa, a anistia política de 1979 e essencialmente a reinserção da classe trabalhadora no cenário político, eventos marcados pelas greves metalúrgicas do ABC paulista também nos finais de 1970.

No Brasil, a profissão teve dois momentos de inflexão que podem ser considerados marcos históricos: a Convenção da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess) em 1979; e o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) no mesmo ano, conhecido como o Congresso da Virada. Em ambos os encontros, houve uma “virada acadêmico-profissional e organizativa”. No caso da Abess, conforme já sinalizaram Bravo *et al.* (2019), influíram para a virada a criação das pós-graduações no Brasil a partir de 1972, assim como a federalização das Escolas de Serviço Social, ocorridas em 1968 a partir da Reforma Universitária. Também é importante lembrar que em 1978 foi realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), com o tema de *Serviço Social e realidade brasileira*, que potencializou a revisão curricular que seria aprovada pela Abess nessa convenção e pelo Conselho Nacional de Educação em 1982.

No caso do III CBAS ocorrido em São Paulo em 1979, a “virada” fica expressa quando a comissão de honra do congresso, representada por agentes da ditadura cívico-militar, é destituída e uma nova comissão é designada, composta por membro

s dos sindicatos de assistentes sociais, dos sindicatos metalúrgicos e por representantes dos movimentos sociais. Nestes dois encontros, observa-se explicitamente como a dimensão organizativa profissional, alineada a uma perspectiva teórico-crítica, conseguem articular uma “virada” maior da profissão, atingindo a profissão como um todo, seja na formação, seja no trabalho profissional.

Aqui se vê nitidamente como vai se construindo uma perspectiva crítica dentro do Serviço Social, não sem luta, na disputa teórica e política, articulada com as lutas mais amplas da classe trabalhadora.

Considerações finais

Conforme apresentamos, mesmo que brevemente, no artigo, os tempos que nos tocam viver são marcados pelo individualismo, fragmentação, violência, criminalização dos movimentos sociais, pelo ajuste neoliberal, assim como pelo crescimento de ideias de ultradireita e ultraconservadoras, que buscam desqualificar o Estado de direito, os direitos sociais e até a própria democracia burguesa. Um cenário marcado por práticas cada vez mais obscurantistas, punitivistas e meritocráticas, em contraposição a ações que garantam a reprodução material da existência e valorizem o trabalho socioeducativo orientado por uma perspectiva crítica e emancipatória.

O(a) trabalhador(a) assistente social desenvolve a sua prática profissional com a classe trabalhadora na sua diversidade, particularmente com aqueles grupos submetidos ao pauperismo absoluto. Tais segmentos sofrem, nesta complexa trama de relações sociais, a exploração propiciada pela sociedade do capital. O assistente social é um dos profissionais que acedem a vida cotidiana das classes subalternas, conhecendo a sua cultura, as suas formas de viver e de se reproduzir, tendo a possibilidade de incidir de forma direta sobre elas. Assim, nos parece essencial trabalhar de forma crítica e vinculada à dimensão socioeducativa e organizativa da profissão (no sentido aqui sumariado), junto a outras dimensões, favorecendo um Serviço Social crítico, comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

A aproximação do Serviço Social ao marxismo, que vem se processando, não sem problemas, desde as décadas de 1960 e 1970, sem dúvida tem favorecido o amadurecimento da profissão e a construção de um caldo cultural de esquerda, construindo um acervo crítico e estimulando a produção de conhecimentos orientados sob o ponto de vista da categoria da totalidade. Assim, é possível compreender o trabalho no cotidiano profissional sem perder de vista as transformações societárias que vêm ocorrendo no contexto de crise do capital. Somente realizando estas mediações é que poderemos intervir de forma crítica e competente.

Contribuições dos/as autores/as: Os três autores participamos na concepção, elaboração e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

BRAVO, M. I. S. *et al.* O protagonismo da Abess/Abepss na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

CHASIN, J. *A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Londres: Harvard University Press, 2004.

FERNANDES, F. Classes sociais na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009a.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009b.

FERNÁNDEZ SOTO, S. (Org.). *Estado y políticas sociales: los programas de transferencia de renta condicionada en el proceso de hegemonía en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2017.

FERNÁNDEZ SOTO, S. La dialéctica reforma-revolución en perspectiva latinoamericana. Elementos históricos para la crítica del presente. *Revista de Políticas Públicas*, San Luis, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321160569023/html/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNÁNDEZ SOTO, S. Tendências atuais do desenvolvimento capitalista e características da população excedente para o capital. Desafios teórico-políticos para o trabalho social. In: IAMAMOTO, M.; YAZBEK, C. *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNÁNDEZ SOTO, S. El proceso de neoliberalización en América Latina. Reactualización, intensificación y resistencias en la experiencia argentina de la segunda década del siglo XXI. In: FERNÁNDEZ SOTO, S. *Sujetos colectivos populares, trabajo social y ciencias sociales en la coyuntura de Uruguay y América Latina: reflexiones, experiencias y desafíos en el enfrentamiento al conservadurismo*. Montevideo: Udelar, 2022.

FERNÁNDEZ SOTO, S.; TRIPIANA, J. El desarrollo del capitalismo y la nueva configuración de la protección social. La asignación universal por hijo en Argentina. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 13, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321532943006>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, D. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2012.

HELLER A. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ed. Península, 1978.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBBSBAWM, E. *La era de la revolución, 1789-1848*. Buenos Aires: Crítica, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IASI, M. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LENIN, V. I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1979.
- MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización*. Argentina: Prometeo, 2007.
- MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes LTDA., 1987.
- MARX, K. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K. A produção do mais-valor absoluto. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013c.
- MARX, K. A teoria moderna da colonização. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013d.
- MARX, K. A transformação do dinheiro em capital. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013e.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOLJO, C. B.; ZAMPANI, R. O.; SILVA, J. F. S. Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 40, 2017.
- MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. Critical Social Work in Brazil: historical, theoretical and methodological development. In: WEBB, S. A. (Org.). *The Routledge handbook of international critical Social Work new perspectives and agendas*. Londres: Routledge Taylor and Francis Group, 2023.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). Serviço Social: questão social, território e política social.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO_9786589512363.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

ROUX, R. Marx y la cuestión del despojo. Claves teóricas para iluminar un cambio de época. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 38, jun. 2008.

SANT'ANA, R.; SILVA, J. F. S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, jul./dez. 2020.

SANTOS, C. M. dos. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2002.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, jan. 2021.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Social Transformations, Latin America, and Social Work

Transformações societárias, América Latina e Serviço Social

Carina Berta Moljo* 

José Fernando Siqueira da Silva** 

Silvia Fernández Soto* 

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the Latin American context in the scenario of the crisis of capital, a reality marked by the resurgence of neoliberal policies, by social state restrictions, and by the loss of rights and expansion of punitive practices that affect the working class in its diversity. This article seeks to discuss, briefly, the way in which the social issue and its multiple refractions are expressed today, how social policies are constructed in the context of dismantling the state, as well as the potentials and limits of social work as a profession in this complexity, its critical socio-educational sense.

Keywords: Latin America, capitalism, social policies, social work, socio-educational work

RESUMO

O artigo que ora apresentamos tem como objetivo principal analisar o contexto latino-americano no cenário de crise do capital, marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, por restrições do Estado social e pela perda de direitos e expansão de práticas punitivas que afetam a classe trabalhadora na sua diversidade. O texto procura debater, sumariamente, a forma como a questão social e suas múltiplas refrações se expressam na atualidade, como são construídas as políticas sociais no contexto de desmanche do Estado, bem como as potencialidades e limites do Serviço Social como profissão nesta complexidade, seu sentido socioeducativo crítico.

Palavras-Chave: América Latina; capitalismo; políticas sociais; Serviço Social; trabalho socioeducativo.

Introduction

Analyzing the refractions of the current social issue, the social policies currently in progress and social work as a profession in this complex context requires more than a scientific-epistemological pro-

ARTICLE

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: carinamoljo@uol.com.br.

**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br.

*Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), Buenos Aires, Argentina. E-mail: silviafernandezsoto@gmail.com.

Cite this article: MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. da; SOTO, S. F. Social Transformations, Latin America, and Social Work. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 43-57, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

Received on April 15, 2023.

Approved for publication on May 03, 2023.



© 2023 Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

cedure. Authentic science, that is, the reconstruction of the movement of reality as a certain “concrete thought” (Marx, 1989), the ontological point of view, using the words of Lukács (2012), needs to consider the real, objectively existing history, its complex and contradictory movement, critically reconstructed, aided by reason, based on the perspective of totality¹. Therefore, this way of producing knowledge is based on the critical reproduction of reality, its determinations, a space in which social beings – men/women – are, at the same time, subjects and objects of human-social praxis.

That said, it would be worth asking: how to explain the Latin American particularities in the current stage of capitalist accumulation – commanded by the financial sector of capital –, the material basis that sustains the social issue, its refractions, social policies, and social work as a profession in this part of the planet?

Based on this questioning, the content developed in this article aims to analyze the Latin American context in the scenario of capital crisis, marked by the resurgence of neoliberal policies, by restrictions of the welfare state, and by the loss of rights and expansion of punitive practices that affect the working class in its diversity. It seeks to discuss, briefly, the way in which the social issue and its multiple refractions are expressed today, how social policies are constructed in the context of dismantling the state, as well as the potentialities and limits of social work as a profession in this complexity, its critical socio-educational sense.

For this, the text is structured in three topics. The first addresses the peripheral character of the development of capitalism in Latin America. The second highlights neoliberalization as a political-economic class project, which operates as a totalizing trend among the different regions of the world, redirecting the state’s social intervention towards processes of partialization, residualization, and fragmentation of the social issue, which translates into multiple specific programs. Finally, the socio-educational dimension of the social worker’s profession is problematized in the context of neoliberalization and the strengthening of reactionary conservatism.

Latin America: material base and socio-historical markings

Bourgeois society gradually imposed itself worldwide from the 16th century onwards². Product of the decadence of feudal society, of the tensions contained in its internal

1 The category of totality, therefore, is formed by social complexes objectively placed in reality, in the diverse unit between singularity, universality, and particularity (Lukács, 2012), a field full of mediations. Reality is always the starting point of any authentic science; its logic, objectively existing, cannot be speculatively handled, but critically reconstructed aided by reason.

2 This gradual process accelerated with the “double revolution” at the end of the 18th century: the French Revolution and the Industrial Revolution (Hobsbawn, 2003).

contradictions, and of the accession of individual entrepreneurs supported by the private ownership of the means of production, capital and the society that allows its expanded reproduction (capitalism) were consolidated, not naturally, over more than 500 years. This order did not succeed without first violently expropriating peasants and privatizing public lands in Europe, stimulating commercial accumulation through mercantilism, destroying peoples and imposing itself through colonialism.

The so-called primitive accumulation (Marx, 2013a) fulfilled its original function: it allowed the accumulation of monetary capital essential to the competitive-industrial era that started to enable the accumulation of capital through alienated/estranged labor (abstract – Marx, 2013b, 2013c), source of value as surplus-value (Marx, 2013c). It gradually migrated and reorganized itself after the first capitalist world crisis of overproduction (1873-1896 – known as the first great depression) and under strong organization of the proletariat (Marx, 1986, 1987), to a monopoly-imperialist phase (Lenin, 2008) that reorganized colonialism as neocolonialism, through the export of additional capital accumulated already in a moment of fusion of large economic groups and banking and industrial capital (such as financial capital).

Latin America is linked to this complex context with an explicitly peripheral bias. In these parts, mercantilism plundered wealth, imposed itself through the colonial pact for practically 300 years, decimated the original peoples who maintained their societies here and promoted original accumulation through the use of enslaved labor (Silva, 2021). It contributed, in the commercial phase, to the formation of the monetary capital necessary for the competitive-industrial era, accumulation initially sustained by a relationship based on buying cheap to sell high or simply on colonial theft (Marx, 2013d). Latin American political independence, substantially – but not solely – happening in the first 40 years of the 19th century, allowed part of the economic surpluses to remain in the former Spanish and Portuguese colonies, but did not change the colonial economic base: large estates, export of primary agricultural and mining products, and late slavery (Moura, 1988). In this context, a local elite was formed, essentially committed to external interests, heir to the colonial legacy, strongly authoritarian, and little inclined to internal reforms (Fernandes, 2009a).

At the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, when the central regions of capitalist economy were moving towards the monopoly stage of capital accumulation³, Latin America experienced its first industrial stimuli, even though a good part of its countries did not experience a properly industrial influx. Even so, between the 1930s and 1950s, countries such as Brazil, Argentina,

3 By the way, it was the moment when social work had its genesis as a profession (Netto, 1992), including Latin American nations from the second half of the 1920s in Chile.

and Mexico began the development of an important industrial park that helped in World War II (1939-1945), a process supported by a developmentalist policy of import substitution⁴.

Although relevant and located in a period of time marked by two World Wars, this process, characterized as the “fight against underdevelopment”, did not prosper. If, at the beginning of the 20th century, Latin America was fed by surplus British capital, from 1945 onwards it became a US zone of influence in the context of the Cold War and the fight against communism. This not only gradually dismantled developmentalist projects, but also demonstrated their historical unfeasibility in regions whose bourgeois revolutions were carried out along the “colonial route” (Chasin, 2000), under the command of dependent capitalism (Marini, 1979; Fernandes, 2009b).

Preserving the numerous controversies between the dream of overcoming underdevelopment carried out by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and the various analyses and projects located more to the left (fueled by the important Cuban experience of the 1960s and 1970s), the fact is that the dictatorship of big capital (Ianni, 2019) – largely supported by civic-military dictatorships and several other forms of intervention supported by the US – produced, in this part of the planet, a certain type of uneven and combined development commanded by conservative modernization (Oliveira, 2003).

What is important to emphasize here is that the crisis of capitalist accumulation in the first half of the 1970s, the counter-reforms imposed worldwide – responsible for liberal radicalization, such as neoliberalism –, the entry into the 21st century, and the structural crisis (Mészáros, 2002) explicitly felt in 2008 impacted Latin America from this historical legacy, determining the meanings of the bourgeois revolution undertaken there⁵. The productive restructuring effectively felt in this region in the 1990s (Antunes, 1999), the intensification, precariousness, and labor flexibility, the profile of the states (never welfare states in the European mold), the precarious social policies undertaken (in the opposite direction of universalization – not without resistance)⁶ and the very genesis, development, and renovation/reconceptualization of social work owe to this re-updated colonial-dependent legacy and to the class struggle formed there. This process culminated in a certain type of conservative modernization impacted today by current societal transformations.

4 Getúlio Vargas in Brazil and Juan Domingo Perón in Argentina are typical examples of this stage in the Southern Cone of America.

5 It is important to emphasize: this is not an incomplete bourgeois revolution or one yet to be carried out, but the way in which it was carried out objectively in these historical conditions.

6 In which the Uruguayan Batllista experience was a rare exception that dissipated.

The new stage of capitalism and social policies in the region

The “Neoliberal turn” experienced globally by capitalist society since the 1970s expresses the dismantling of social relations inherent to post-war capitalism and the reconstruction of a new network of relations to ensure the appropriation of socially produced surpluses. The transformations operated by the offensive of capital implied the worsening of structural inequality and the destruction of human life and nature.

The implanted neoliberalization constitutes a political-economic class project, which operates as a totalizing tendency among the different regions of the world. It reconfigures an unequal and complex map, with practical results on the forms of production/reproduction of the material and symbolic life of the diverse working class, reestablishing specific political-institutional arrangements resulting from the correlations of forces between classes and their fractions (Harvey, 2007; Dumenil & Levy, 2004).

It is about implementing “the radical reconstruction of the state-finance nexus”, which implies a process of deregulation of financial operations on a national and international scale, the expansion of indebtedness, the intensification of international competition and the repositioning of the state apparatus in relation to “social protection” (Harvey, 2012). Thus, the process initiated in the 1970s implied a new structuring of the capitalist economy at a global level, based on the rise of finance (Duménil & Lévy, 2004). Neoliberalization meant not only the adoption of monetarism, but also implied the implementation of several government policies in different areas, expressing multiple processes of deregulation and social and environmental lack of protection.

In this phase, capital repositions itself against the working class, promoting unemployment and deindustrialization, encouraging immigration that replaces native workers with immigrant workers with low and precarious wages, relocation in accordance with the interests of capital and a wide range of variety of technological and organizational changes (among others, the extent of subcontracting). These practices are linked to the unfolding of an ideological discursivity that targets workers’ organizations and the collective processes of the working class. It is argued that the limitation of the wage bill and the reduction of state social protection would collaborate in resolving the crisis related to the fall in profitability and wealth. It calls for the strengthening of neoliberal principles that feed a new conception of the world, exalting individualism, competition and individual responsibility. New forms of sociability emerge crossed by new consumerism, the emergence of new markets and an essentially individualistic lifestyle (Harvey, 2007).

The set of practices implemented in this region deepens the exploitation of labor, modifies the ways of carrying it out, impacting the quantitative and qualitative composition of the working class and its fractions. Structural and conjunctural unemployment expands, becomes chronic, establishing new forms of precarious work, devastating rights historically

conquered by workers with the advancement of social commodification processes. This multiple movement intervenes in the daily life of the working class, generating a permanent experience of daily social insecurity, deepening the crisis processes of social reproduction. The advancement and consolidation of neoliberalism in the region has led to the reconfiguration of power relations, facilitating the reinvigoration of a deep, persistent, and generalized matrix of precariousness of the working class and its fractions. In this way, it intensifies historical processes of “overexploitation” (Marini, 1979, 2007), in a context of domination by large transnational capital, continuing and intensifying the historical processes of dependence associated with the prevalence of strategies for plundering natural assets.

Under this dynamic, advances were made in the commodification of areas of social life that were not under its domain. The consolidation of financialization processes were strengthened at the same time as the speculative and predatory character of their dynamics. This tendency towards “accumulation by dispossession” (Harvey, 2003) was reinforced by the rapid growth in food and commodity prices since the mid-1990s, a fact that consolidated a transnationalized production pattern related to production associated with the agricultural-mining rentier extractive complex.

What has enabled accumulation by dispossession “is the release of a set of assets (including labor power) at very low (and in some instances zero) cost. Over-accumulated capital can seize hold of such assets and immediately turn them to profitable use” (Harvey, 2007a, p. 119). The dynamics of the accumulation process is marked by the private and violent appropriation of common natural assets, strategic and necessary elements for the valorization of the extractive-export matrix, based on a predatory and expropriating logic that has impacted territories, sociability, identities, and historical processes related to the reproduction of life. In this way, this movement has expressed the reinvigoration, expansion, and multiplication of commodification processes of natural goods and common social goods (public services) (Harvey, 2007a; Roux, 2008).

The ongoing transformations involve the social totality, in a complex, combined and uneven movement that reveals the dynamic and tense map of neoliberalization. We can highlight four key elements: 1) the shift towards financialization that began in the 1970s and was consolidated in the 1990s. Financial markets experienced profound processes of technological innovation and deregulation on an international scale. They functioned as a means of obtaining and accumulating wealth; 2) the growing geographic mobility of capital was confirmed, facilitated by the reduction of transport and communication costs; 3) the institutional matrix integrated by Wall Street, the IMF, and the US Treasury, hand in hand with the Structural Adjustment Programs promoted by the IMF, operate as coercive forms of reconfiguration of regional states under neoliberal principles; and 4) the hegemonic advance of monetarist and neoliberal economic orthodoxy, establishing control of inflation and sound public finances as axes of action on world agendas (Harvey, 2007).

In this context of reactionism to the interests of the working class and its fractions, the socio-historical meaning of social policy is reconfigured. National states are subject to the dictates of the neoliberal institutional political matrix imposed by the guidelines of international organizations (IMF, BM, WTO). In this context, social policy is divided into multiple specific territorial interventions, with a focus on pauperism. In this sense, public policy measures aimed at “fighting poverty” express, at the same time, the expansion of commodification processes and, therefore, social inequality in the participation of wealth, as well as inequality in the possibilities of access to social services (Fernández Soto, 2022).

In this context, the state’s social intervention is carried out under a strong process of partialization, residualization, and fragmentation of the social issue, which is translated into multiple specific programs. Hence the categorization of problems and specific subjects abstracted from their socio-historical determinations. Poverty is not understood as a constitutive process of the working class in the more general dynamics of society and in terms of the historical movement of the fundamental relationships that are organized within it. According to this dominant conception, programs aimed at poverty constitute a strategic intervention that seeks to manage specific expressions of the social issue, partially and closely incorporating social demands, participating in the coverage of minimum consumption levels (mainly food) and the minimum transfer of income to workers (Fernández Soto, 2020).

Along with the deepening rate of exploitation of the working class and the devaluation of the workforce, a double movement of the neoliberal logic of social policy is articulated: the commodification of social services through privatization processes and, at the same time, the individualized monetization through minimal assistance to the “poorest”, precarious workers, and the unemployed, who constitute a growing population mass in the dynamics of contemporary capitalism in this region. In this way, income transfer programs are expanded, massified and institutionalized in Latin America, as one of the main political-institutional mediations of the processes of re-signification of social policy. We consider these programs as a political strategy on the Latin American agenda and their participation in the recomposition of the hegemonic order. They are understood as one of the main strategies for fighting poverty, institutionalizing themselves as palliative, selective, conditional measures, aimed at providing a minimum of subsistence to the extensive and growing group of impoverished workers who are unable to reproduce their living conditions in the form of wages (Fernández Soto, 2017).

The “poor” and “poverty”, then, constitute the “object of intervention” of the focused social policies, covering “minimally” the basic needs of workers who lose their material basis of life or whose income is insufficient to guarantee their material conditions of existence. For those who are unemployed or have insufficient income, it represents a multiplicity of assistance, transitory, and emergency interventions, which operate in the process of fragmentation of the social issue (Fernández Soto, 2020, 2019).

The increase in the “surplus population” for capital makes it possible to observe not only an explicit structural unemployment, but the existence of different layers of the subaltern class that are differentiated by the conditions in which they develop their existence. Along with the population of long-term unemployed workers, there is a mass of precarious, partially employed workers who sell their labor power intermittently and at a deficit, cheap and overexploited labor (Fernández Soto & Tripiana, 2014; Fernández Soto, 2019).

These hegemonic trends of residual resignification of social policy are articulated in the concrete implementation of the neoliberal state, with authoritarian responses and their unfolding in repressive and punitive actions, as forms of control and suffocation of social conflict with an emphasis on social discipline. In this sense, David Harvey (2007, p. 79) points out that “the freedom of the masses would be restricted in favour of the freedoms of the few.”

As we said, the economic, political and cultural implications of neoliberalism in this region were multiple, expressing a regressive character to the interests of the working class in its diversity. The hegemonic interests of transnational capital provoked the development of processes articulated to its valuation needs, reconfiguring the states and their policies in the different territorial spaces. The deregulation processes, the privatization of the public, the expropriation of natural assets, the reduction of labor costs and the flexibility of labor relations are characteristics of this model. The set of regressive dimensions implemented deepened the historical processes of dependency and inequality in Latin America. This resulted in the concentration, transnationalization, and financialization of economic and social processes, accentuating the regressive nature of distributive processes.

Social work and social struggles: the socio-educational dimension in the daily work of social workers

As is known, social work as a profession emerges marked by the conservative and anti-modern perspective in the transition from competitive capitalism to monopoly capitalism (Netto, 2021). However, since the 1950s, even if timidly, social work in Latin America has been processing a series of transformations that will end up changing the training and professional work of the social worker. At first, the profession was influenced by progressive ideas, especially those linked to developmental projects that, linked to broader social struggles, underwent a process of radicalization, especially in the 1960s and 1970s, as evidenced by the Movement for the Reconceptualization of Latin America (Moljo et al., 2017). It is from here, along with the reinsertion of the working class into the political scene (Netto, 1992), that social work assumes a critical perspective, committed to the interests of the sub-

altern classes, criticizing its traditional foundations. This did not eliminate traditionalism in the profession, but allowed a rich progressive debate to develop, articulating university spaces, concrete socio-professional demands and social militancy.

In the case of Brazil, the critical perspective can be evidenced both in the laws that regulate the profession and in the theoretical-political direction, inspired by Marx's social theory, which provides the basis for undergraduate and postgraduate training in social work (Moljo & Santos, 2023). It is important to register here the three dimensions that constitute this profession: the theoretical-methodological, the ethical-political and the technical-operative. These dimensions have already been sufficiently analyzed in the production of knowledge, as can be seen in the analyses by Guerra (1995), Santos (2013), among others.

It is necessary to highlight, however, two other fundamental dimensions of social work, in addition to those mentioned above: the socio-educational dimension of the profession – which is actualized in the work of daily professional life – and its organizational dimension, expressed in its internal organization, linked to the different representative bodies of the professional category, also articulated to broader struggles in society. In other words, it is about the articulation between professional projects and corporate projects, foreseen in the strategic social direction of Brazilian social work in the second half of the 1990s.

On the socio-educational dimension and its connection with the formation of consciousness, Iamamoto (2015) highlights that social work, as a profession, can only be explained in its insertion in the sociotechnical division of labor, responding to multiple expressions of the social issue, its refractions. Yazbek (2009) already indicated that the profession was necessarily polarized by the contradictory interests of the fundamental classes, but that this polarization did not imply a dichotomy; on the contrary, it is in this professional exercise that the professional is situated, serving the interests of both classes, but privileging one of them.

It is in everyday work that the socio-educational dimension is central. It is directly linked to the organization of culture, influencing the ways of being and thinking of the classes with which the profession deals. This dimension is transversal to other constitutive dimensions of the profession and articulates with them. The socio-educational dimension is expressed in actions related to the dissemination of information that enable the “suspension of alienation in everyday life” (Heller, 1989), even if this suspension is “momentary.” But how to deal with this very contradictory context at a time when reactionary conservatism is strengthening (Sant’ana & Silva, 2020) and with the reduction of objective conditions for dense and purposeful professional work? In this context of precarious working conditions, dismantling of the state, and focus on social policies, as mentioned earlier.

The answer is not simple and demands, at the same time, firmness and critical radicalism, as well as valuing the profession – the possibilities it contains – without demanding from it what it cannot accomplish (Silva, 2013). The historical-critical approach, based on Marxism, its socio-educational direction, does not disregard the conditions objectively placed on the professions, their limits, but also lacks a professional that is intellectually rich, theoretically prepared, committed to a rigorous analysis of the reality they deal with on a daily basis, guided by the point of view of totality, connected to the particularities of Latin America and its countries, in addition to being technically, politically, and organizationally prepared. There is no space for the application of intervention models; on the contrary, the professional, as a possible historical subject, extracts from reality the demands with which he will work, many of them non-institutional, not immediately presented as legitimate demands, or immersed in a complex set of needs and human needs.

It is in this rich space that the socio-educational develops, always relatively, forcing a professional work that is not idealistic, disturbing, provocative, and stimulating spaces that contribute to criticism. This, however, considering that the professional is not exhausted in their professional experience, but articulates with other spheres of social praxis: political parties, social movements and other instances committed to increasing levels of political and human emancipation (Marx, 2005). It is a long process in which awareness is formed based on genuinely ontological demands and permanent critical behavior that gradually deepens in the relationship between militancy, professional work, study, and research.

As already indicated by Iasi (2011), the formation of consciousness can only be constituted as a process. It is there that the socio-educational dimension gains centrality, presenting the real and concrete possibilities of satisfying human needs in these societies, as well as indicating those that can only be satisfied in another type of society (Heller, 1978). Here, it is possible, without false idealism or fatalism (Iamamoto, 1992), to build a professional work that is critical and committed to the interests of subordinate classes within the limits of bourgeois society. Undoubtedly, the greater the degree of awareness, the greater the need for political organization within the profession, in relation to other professions and organizations committed to building a humanly emancipated society.

As we have already indicated, the profession begins to approach the broader struggles of the working class at the end of the 1950s, even if timidly. In the case of Brazil, this approximation was strengthened at the end of the 1970s, considering the moment of crisis of the bourgeois autocracy, the political amnesty of 1979, and essentially the reintegration of the working class into the political scenario, events marked by metallurgical strikes in the ABC region of São Paulo in the late 1970s.

In Brazil, the profession had two moments of inflection that can be considered historical milestones: the Convention of the Brazilian Association of Teaching in Social Work (Abess) in 1979; and the III Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) in the same year, known as the “Congresso da Virada”. In both meetings, there was an “academic-professional and organizational turn.” In the case of Abess, as Bravo et al. (2019) pointed out, the creation of postgraduate courses in Brazil from 1972 onwards, as well as the federalization of the Schools of Social Work, which took place in 1968 with the University Reform, influenced this turn. It is also important to remember that in 1978 the 1st National Meeting of Social Service Students (Eness) was held, with the theme of *Social Service and the Brazilian Reality*, which boosted the curricular revision that would be approved by Abess at that convention and by the National Council of Education in 1982.

In the case of the III CBAS, which took place in São Paulo in 1979, the “turn” was expressed when the honor commission of the congress, represented by agents of the civic-military dictatorship, was dismissed and a new commission was appointed, composed of members of social worker trade unions, metallurgical unions, and representatives of social movements. In these two meetings, it is explicitly observed how the professional organizational dimension, aligned with a theoretical-critical perspective, manages to articulate a greater “turn” in the profession, reaching the profession as a whole, whether in training or in professional work.

Here you can clearly see how a critical perspective is being built within social work, not without struggle, in the theoretical and political dispute, articulated with the broader struggles of the working class.

Final thoughts

As we present, even if briefly, in the article, the times we live in are marked by individualism, fragmentation, violence, criminalization of social movements, by the neoliberal adjustment, as well as by the growth of ultra-right and ultra-conservative ideas, which seek to disqualify the state of law, social rights, and even bourgeois democracy itself. A scenario marked by increasingly obscurantist, punitive, and meritocratic practices, as opposed to actions that guarantee the material reproduction of existence and value socio-educational work oriented by a critical and emancipatory perspective.

The social worker develops his professional practice with the working class in its diversity, particularly with those groups subjected to absolute pauperism. Such segments suffer, in this complex web of social relations, the exploitation provided by capital society. The social worker is one of the professionals who access the everyday life of the subordinate classes, knowing their culture, their ways of living and reproducing, having the possibility of directly influencing them. Thus, it seems to us it is essential to work criti-

cally and linked to the socio-educational and organizational dimension of the profession (in the sense summarized here), together with other dimensions, favoring a critical social work, committed to the interests of the working class.

The approximation of social work to Marxism, which has been taking place, not without problems, since the 1960s and 1970s, has undoubtedly favored the maturation of the profession and the construction of a leftist cultural broth, building a critical collection, and stimulating the production of knowledge oriented from the point of view of the category of totality. Thus, it is possible to understand the professional daily work without losing sight of societal transformations that have been taking place in the context of the capital crisis. Only by carrying out these mediations will we be able to intervene in a critical and competent manner.

Contributions by the authors: The three authors participated in the conception, elaboration, and revision of the article.

Thanks: Not applicable.

Funding agency: Not applicable.

Approval by the Ethics Committee: Not applicable.

Conflict of interests: Not applicable.

References

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

BRAVO, M. I. S. *et al.* O protagonismo da Abess/Abepss na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

CHASIN, J. *A via colonial de entificação do capitalismo*. A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Londres: Harvard University Press, 2004.

FERNANDES, F. Classes sociais na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009a.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009b.

FERNÁNDEZ SOTO, S. (Org.). *Estado y políticas sociales: los programas de transferencia de renta condicionada en el proceso de hegemonía en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2017.

FERNÁNDEZ SOTO, S. La dialéctica reforma-revolución en perspectiva latinoamericana. Elementos históricos para la crítica del presente. *Revista de Políticas Públicas*, San Luis, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321160569023/html/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNÁNDEZ SOTO, S. Tendências atuais do desenvolvimento capitalista e características da população excedente para o capital. Desafios teórico-políticos para o trabalho social. In: IAMAMOTO, M.; YAZBEK, C. *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNÁNDEZ SOTO, S. El proceso de neoliberalización en América Latina. Reactualización, intensificación y resistencias en la experiencia argentina de la segunda década del siglo XXI. In: FERNÁNDEZ SOTO, S. *Sujetos colectivos populares, trabajo social y ciencias sociales en la coyuntura de Uruguay y América Latina: reflexiones, experiencias y desafíos en el enfrentamiento al conservadurismo*. Montevideo: Udelar, 2022.

FERNÁNDEZ SOTO, S.; TRIPIANA, J. El desarrollo del capitalismo y la nueva configuración de la protección social. La asignación universal por hijo en Argentina. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 13, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321532943006>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, D. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2012.

HELLER A. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ed. Península, 1978.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. *La era de la revolución, 1789-1848*. Buenos Aires: Crítica, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IASI, M. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LENIN, V. I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1979.
- MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización*. Argentina: Prometeo, 2007.
- MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes LTDA., 1987.
- MARX, K. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K. A produção do mais-valor absoluto. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013c.
- MARX, K. A teoria moderna da colonização. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013d.
- MARX, K. A transformação do dinheiro em capital. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013e.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOLJO, C. B.; ZAMPANI, R. O.; SILVA, J. F. S. Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 40, 2017.
- MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. Critical Social Work in Brazil: historical, theoretical and methodological development. In: WEBB, S. A. (Org.). *The Routledge handbook of international critical Social Work new perspectives and agendas*. Londres: Routledge Taylor and Francis Group, 2023.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social: questão social, território e política social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO_9786589512363.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ROUX, R. Marx y la cuestión del despojo. Claves teóricas para iluminar un cambio de época. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 38, jun. 2008.

SANT'ANA, R.; SILVA, J. F. S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, jul./dez. 2020.

SANTOS, C. M. dos. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2002.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, jan. 2021.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.